



# DIÁRIO OFICIAL

## Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão



### Índice

Prefeitura Municipal de Araiões	3
Prefeitura Municipal de Colinas	3
Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras	3
Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias	4
Prefeitura Municipal de Itaipava do Grajaú	4
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes	8
Prefeitura Municipal de São José dos Basílios	10
Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão	11
Prefeitura Municipal de Tuntum	11

**EXPEDIENTE**

<b>CARGO</b>	<b>PREFEITO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
<b>PRESIDENTE</b>	CLEOMAR TEMA CARVALHO CUNHA	TUNTUM
1º VICE-PRESIDENTE	DJALMA MELO MACHADO	ARARI
2º VICE-PRESIDENTE	HAMILTON NOGUEIRA ARAGÃO	SÃO MATEUS
<b>SECRETÁRIO-GERAL</b>	JURAN CARVALHO DE SOUZA	PRESIDENTE DUTRA
1º SECRETÁRIO	EMMANUEL DA CUNHA SANTOS AROSO NETO	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO
2º SECRETÁRIO	ERLANIO FURTADO LUNA XAVIER	IGARAPÉ GRANDE
<b>TESOUREIRO-GERAL</b>	HENRIQUE CALDEIRA SALGADO	PINDARÉ - MIRIM
1º TESOUREIRO	WELLRIK CARVALHO DE SOUZA	BARRA DO CORDA
2º TESOUREIRO	JOÃO LUCIANO SILVA SOARES	PINHEIRO
DIRETOR DE EDUCAÇÃO	VALMIRA MIRANDA DA SILVA BARROS	COLINAS
DIRETOR DE SAÚDE	ROMILDO DAMASCENO SOARES	TUTÓIA
DIRETOR DE ASSISTENCIA SOCIAL	VALÉRIA MOREIRA CASTRO	PRESIDENTE SARNEY
DIRETOR DE MEIO AMBIENTE	JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS	VARGEM GRANDE
DIRETOR DE CULTURA	CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA CASTRO	S. VICENTE FERRER
DIRETOR DE ORÇ. FINANÇAS	GLEYDSON RESENDE DA SILVA	BARÃO DE GRAJAÚ
DIRETOR DE SEGURANÇA	FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
DIRETOR JURÍDICO	TIAGO RIBEIRO DANTAS	FEIRA NOVA DO MARANHÃO
DIRETOR INFRA-ESTRUTURA	ARQUIMEDES A. BACELAR	AFONSO CUNHA
REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA - DF	DOMINGOS COSTA CORREA	MATÕES DO NORTE
CONSELHO FISCAL - EFETIVO	JOSÉ AGUIAR RODRIGUES NETO	NINA RODRIGUES
	ANTONIO JOSÉ MARTINS	BEQUIMÃO
	LUIS MENDES FERREIRA FILHO	COROATÁ
CONSELHO FISCAL - SUPLENTE	LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM	SÃO PEDRO DOS CRENTES
	ADELBASTO RODRIGUES SANTOS	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
	LAÉRCIO COELHO ARRUDA	LAGO DA PEDRA

**Prefeitura Municipal de Araisos****DECRETO Nº 23/2017****DECRETO Nº 23/2017, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.****DECLARA FACULTATIVO O PONTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NA SEXTA-FEIRA DIA 08 DE SETEMBRO DE 2017 APÓS FERIADO DE 07 DE SETEMBRO DE 2017, “INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.**O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARAIOSES**, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.**CONSIDERANDO** que ao Poder Executivo cabe decidir sobre o expediente da Prefeitura Municipal e de seus Órgãos vinculados, resolve**DECRETA:****Art. 1º** - Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia 08 de setembro de 2017, sexta-feira, após o feriado de 07 de setembro de 2017, “Independência do Brasil”.**Art. 2º.** deste Decreto, os serviços públicos considerados essenciais devem garantir o atendimento por meio de escalas de serviço ou plantão.**Art. 3º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE NA FORMA DA LEI.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Araisos, Estado do Maranhão, em 06 de setembro de 2017.

**CRISTINO GONÇALVES DE ARAUJO****Prefeito Municipal****Autor da Publicação:** RAFAEL GOMES LEAL**Prefeitura Municipal de Colinas****LEI N.º 576/2017****LEI N.º 576/2017.**

“Dá denominação a Logradouro Público que especifica e dá outras providências.” A **PREFEITA MUNICIPAL DE COLINAS/MA**, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e sanciono a presente lei: Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a dar denominação ao logradouro público a rua conhecida popularmente como Rua Paraibano, localizada no Bairro Guanabara. Parágrafo Único: O logradouro público Denominar-se-á Rua Maria Iris Lopes Bandeira, “Rua Dona Iris Bandeira”. Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COLINAS, ESTADO DO MARANHÃO, AO SEXTO DIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSETE.** Valmira Miranda da Silva Barroso, Prefeita Municipal.

**LEI N.º 577/2017** “Institui o Dia Municipal Comemorativo ao Dia Internacional da Síndrome de Down e dá outras providências.” A

**PREFEITA MUNICIPAL DE COLINAS/MA**, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e sanciono a presente lei: Art. 1º - O dia 21 de Março, “Dia Internacional da Síndrome de Down”, passa a integrar o Calendário Oficial de datas de eventos no município de Colinas - MA. Art. 2º - Na data de que se trata o artigo anterior poderão ser promovidos eventos com o objetivo de estimular a inclusão da pessoa nascida com síndrome de Down a uma vida independente e a ajudar os respectivos pais dos nascidos com a trissomia do cromossomo 21 a lidarem melhor com as particularidades dos filhos especiais. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COLINAS, ESTADO DO MARANHÃO, AO SEXTO DIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSETE.** Valmira Miranda da Silva Barroso, Prefeita Municipal.

**Autor da Publicação:** CARLOS DOS SANTOS**Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras****DECRETO Nº 114, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.****DECRETO Nº 114**, de 05 de Setembro de 2017.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS**, município do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 55, incisos II e IV, da Lei Orgânica do município de Fortaleza dos Nogueiras,

**R E S O L V E**

**Art. 1º. EXONERAR - a pedido**, o(a) Sr.(a) **EDIANA BEZERRA DO NASCIMENTO FERNANDES**, do Cargo Eletivo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, da Sec Mun de Assistência Social, órgão integrante da estrutura administrativa desta Prefeitura, devendo ser assim considerado a partir desta data.

**Art. 2º.** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

Gabinete do Prefeito de Fortaleza dos Nogueiras, município do Estado do Maranhão, aos 05 (cinco) dias do mês de Setembro de 2017.

**Aleandro Gonçalves Passarinho****PREFEITO MUNICIPAL****Autor da Publicação:** Comissão Permanente de Licitação**DECRETO Nº 115, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017.****DECRETO Nº 115**, de 05 de Setembro de 2017.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS**, município do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 55, incisos II e IV, da Lei Orgânica do município de Fortaleza dos Nogueiras,

**R E S O L V E****Art. 1º. NOMEAR**, o(a) Sr.(a) **ALZIMAR DE**

**SOUSA SILVA ALVES**, para o Cargo Eletivo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, da Sec Mun de Assistência Social, órgão integrante da estrutura administrativa desta Prefeitura, devendo ser assim considerado a partir desta data.

**Art. 2º.** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Fortaleza dos Nogueiras, município do Estado do Maranhão, aos 05 (cinco) dias do mês de Setembro de 2017.

**Aleandro Gonçalves Passarinho**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**Autor da Publicação:** Comissão Permanente de Licitação

### **Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias**

#### **EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 028/2017 - TÍTULO DE PROPRIEDADE.**

**O Prefeito Municipal de Gonçalves Dias, Estado do Maranhão**, no uso de suas atribuições legais... FAZ SABER a todos os habitantes do município e a quem interessar possa que o (a) Sr (a). FRANCISCO ALBERTO FERREIRA requer o Título de Propriedade de um terreno com as seguintes informações: FRENTE: LIMITA - SE COM A RUA RUI BARBOSA; MEDINDO 5,28,00 METROS: FUNDO - LIMITA - SE COM A SENHORA; IRONETE PEREIRA E SILVA; MEDINDO 5,20,00 METROS: LATERAL DIREITA: LIMITA - SE COM A SENHORA MARIA DE LOUREDES DA SILVA LIMA; MEDINDO 31,50 METROS: LATERAL ESQUERDA: LIMITA - SE COM A SENHORA LENI PESSOA DA SILVA FERREIRA, MEDINDO; 31,50 METROS: TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 165,06 m². Quem se achar prejudicado com o presente pedido, dentro do prazo de 08 (oito) dias, a partir da presente data de publicação deste edital, trazer à Secretária Municipal de Administração suas reclamação e contestação devidamente fundamentada, com provas documentais que justifiquem os seus direitos no referido terreno. E, para constar mandei lavrar o Presente Edital que será publicado e afixado no lugar de costume. Que deverá ser afixado no mural desta Secretaria e Prefeitura. Transcorrido o prazo ali estabelecido, volta-se, para ser decretada a titularidade em favor do (a) Requerente. Gonçalves Dias/MA, 06 de setembro de 2017. Ancleyson da Silva e Silva - Secretário Municipal de Administração.

**Autor da Publicação:** DARLAN MENDES COELHO ALMEIDA

#### **EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 027/2017 - TÍTULO DE PROPRIEDADE.**

**O Prefeito Municipal de Gonçalves Dias, Estado do Maranhão**, no uso de suas atribuições legais... FAZ SABER a todos os habitantes do município e a quem interessar possa que o (a) Sr (a). ELDOMIRO BRITO DA SILVA requer o Título de Propriedade de um terreno com as seguintes informações: FRENTE: LIMITA - SE COM A RUA NEREU RAMOS; MEDINDO 22,00 METROS: FUNDO - LIMITA - SE COM A SENHORA; VALMISOLIA FERNANDES DIAS; MEDINDO 22,00 METROS:

LATERAL DIREITA: LIMITA - SE COM O SENHOR; JOSÉ GARCIA BARBOSA; MEDINDO 39,50 METROS: LATERAL ESQUERDA: LIMITA - SE COM A TRAVESSA DUQUE DE CAXIAS; 38,50 METROS: TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 857,55 m². Quem se achar prejudicado com o presente pedido, dentro do prazo de 08 (oito) dias, a partir da presente data de publicação deste edital, trazer à Secretária Municipal de Administração suas reclamação e contestação devidamente fundamentada, com provas documentais que justifiquem os seus direitos no referido terreno. E, para constar mandei lavrar o Presente Edital que será publicado e afixado no lugar de costume. Que deverá ser afixado no mural desta Secretaria e Prefeitura. Transcorrido o prazo ali estabelecido, volta-se, para ser decretada a titularidade em favor do (a) Requerente. Gonçalves Dias/MA, 06 de setembro de 2017. Ancleyson da Silva e Silva - Secretário Municipal de Administração.

**Autor da Publicação:** DARLAN MENDES COELHO ALMEIDA

### **Prefeitura Municipal de Itaipava do Grajaú**

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017.**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2017 - Sistema de Registro de Preços - SRP**

**Processo Administrativo nº 02.2507.0001/2017**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**DATA: 18/08/2017**

**HORÁRIO: 14:00 HORAS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017.**

**Referencia: PREGÃO PRESENCIAL 021/2017 - SRP**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS: ÓLEO DIESEL, GASOLINA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DURANTE O EXERCÍCIO FISCAL DE 2017. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02.1701.0003/2017. VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de agosto do ano de 2017, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ/MA, à Avenida Deputado Mercial Lima de Arruda, 01, Centro, CEP: 65.948-000, ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA, portadora do CNPJ/MF nº 01.612.546/0001-66, reuniram-se na sala da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, situada no Prédio da Prefeitura Municipal, nas Dependências da Secretaria Municipal de Administração, na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, o Senhor ALESSANDRO CRISTIANO OLIVEIRA CASTRO, Secretário Municipal de Finanças e Tesouraria, responsável pelos Registros de Preços do Município, denominada: ÓRGÃO GERENCIADOR da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017, com base na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na regulamentação feita pelo Decreto Municipal nº 008/2017 de 02 de janeiro de 2017, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Presencial nº 021/2017 - SRP, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, RESOLVE:

REGISTRAR os preços dos produtos propostos pela empresa na COTA PRINCIPAL, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, conforme as cláusulas seguintes:

## DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta ATA é o REGISTRO DE PREÇOS dos itens da empresa vencedora, para a COTA PRINCIPAL E RESERVADA, conforme dados abaixo, para o EVENTUAL e FUTURO contratação de empresa para o futuro e eventual fornecimento parcelado de combustíveis: óleo diesel, gasolina, para atender as necessidades do Município durante o exercício fiscal de 2017, conforme quantidades e especificações constantes da cláusula quarta desta ATA, conforme condições e especificações constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL N. 021/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de 20 de fevereiro de 2017, bem como das propostas comerciais das PROMITENTES CONTRATADAS.

**R. B. LIMA - EIRELI - ME - POSTO LIBERDADE**

**AVENIDA EUGENIO GUABIRABA, 100**

**BAIRRO CENTRO - MA - CEP: 65.948-000**

**CNPJ: 23.315.462/0001-01**

**INSC. ESTADUAL Nº 12.475.542-9**

Dados da Empresa:	
Razão Social: <b>R. B. LIMA - EIRELI - ME - POSTO LIBERDADE</b>	Inscrição Estadual: <b>12.475.542-9</b>
CNPJ: <b>23.315.462/0001-01</b>	Inscrição Municipal:
Endereço: <b>AVENIDA EUGENIO GUABIRABA, 100</b>	
<b>BAIRRO CENTRO - MA - CEP: 65.948-000</b>	
Tel./Fax: *****g	EMAIL:

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

## DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES REGISTRADOS

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações dos Licitantes REGISTRADOS, entre outras:

I. Assinar o contrato de fornecimento com o MUNICÍPIO e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal.

II. Os produtos deverão ser entregues na forma de abastecimento direto no tanque dos veículos, conforme a solicitação, todos estabelecidos nesta cidade de ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA.

III. Providenciar a imediata substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento dos produtos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

IV. Reapresentar sempre, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Presencial nº 021/2017.

V. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

VI. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO, aos órgãos participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.

VII. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, ficando, ainda, o MUNICÍPIO e os Órgãos Participantes isentos de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.

VIII. Pagar, pontualmente, os seus fornecedores e as obrigações fiscais com base na presente ata, exonerando o MUNICÍPIO e os Órgãos Participantes de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

## DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua publicação, sendo vedada sua prorrogação.

## DO REGISTRO DOS PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade e o fornecedor dos materiais constantes desta, encontram-se contidos na tabela abaixo

### COTA PRINCIPAL (90%) -

LOTE I - COMBUSTÍVEIS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR LICITANTE	V. TOTAL
1	Óleo diesel	lts	63.000	R\$ 2,99	188.370,00
2	Óleo Diesel S10	lts	63.000	R\$ 3,11	195.930,00
3	Gasolina comum	lts	31.500	R\$ 3,69	116.235,00
	TOTAL ESTIMADO				500.535,00
LOTE II - COMBUSTÍVEIS - SECRETARIA DE SAÚDE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR LICITANTE	V. TOTAL
1	Óleo diesel	lts	63.000	R\$ 2,99	188.370,00
2	Óleo Diesel S10	lts	90.000	R\$ 3,11	279.900,00
3	Gasolina comum	lts	45.500	R\$ 3,69	182.655,00
	TOTAL ESTIMADO				650.925,00
LOTE III - COMBUSTÍVEIS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR LICITANTE	V. TOTAL
1	Óleo diesel	lts	54.000	R\$ 2,99	161.460,00
2	Óleo Diesel S10	lts	63.000	R\$ 3,11	195.930,00
	TOTAL ESTIMADO				357.390,00
LOTE IV - COMBUSTÍVEIS - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR LICITANTE	V. TOTAL
1	Óleo diesel	lts	36.000	R\$ 2,99	107.640,00
2	Óleo Diesel S10	lts	36.000	R\$ 3,11	111.960,00
3	Gasolina comum	lts	22.500	R\$ 3,69	83.025,00
	TOTAL ESTIMADO				302.625,00

### COTA RESERVADA (10%) - PARTICIPAÇÃO RESTRITA - MEI, ME, EPP.

LOTE I - COMBUSTÍVEIS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR LICITANTE	V. TOTAL
1	Óleo diesel	lts	7.000	R\$ 2,99	20.930,00
2	Óleo Diesel S10	lts	7.000	R\$ 3,11	21.770,00
3	Gasolina comum	lts	3.500	R\$ 3,69	12.915,00
	<b>TOTAL ESTIMADO</b>				<b>55.615,00</b>
<b>LOTE II - COMBUSTÍVEIS - SECRETARIA DE SAÚDE</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR LICITANTE	V. TOTAL
1	Óleo diesel	lts	7.000	R\$ 2,99	20.930,00
2	Óleo Diesel S10	lts	10.000	R\$ 3,11	31.100,00
3	Gasolina comum	lts	5.500	R\$ 3,69	20.295,00
	<b>TOTAL ESTIMADO</b>				<b>72.325,00</b>
<b>LOTE III - COMBUSTÍVEIS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR LICITANTE	V. TOTAL
1	Óleo diesel	lts	6.000	R\$ 2,99	17.940,00
2	Óleo Diesel S10	lts	7.000	R\$ 3,11	21.770,00
	<b>TOTAL ESTIMADO</b>				<b>39.710,00</b>
<b>LOTE IV - COMBUSTÍVEIS - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR LICITANTE	V. TOTAL
1	Óleo diesel	lts	4.000	R\$ 2,99	11.960,00
2	Óleo Diesel S10	lts	4.000	R\$ 3,11	12.440,00
3	Gasolina comum	lts	2.500	R\$ 3,69	9.225,00
	<b>TOTAL ESTIMADO</b>				<b>33.625,00</b>

**CLÁUSULA QUINTA:** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta e autorização do Município e do fornecedor, sem prejuízo das quantidades registradas nesta Ata.

**Parágrafo único:** As contratações adicionais previstas nesta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade interessada, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

### DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

**CLÁUSULA SEXTA:** São obrigações do MUNICÍPIO, entre outras:

I. Gerenciar, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, órgão responsável pelo gerenciamento de todos os Registro de Preços do Município, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

II. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

III. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços, através do setor de compras/Secretarias Municipais.

IV. Publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata;

### DA CONTRATAÇÃO

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial nº 021/2017 - SRP, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, formalização seus respectivos contratos

obedecendo os itens e quantidades de cada Secretaria, podendo também conforme o caso a Autoridade competente formalizar um único contrato com os itens e quantidade de todas as Secretarias participantes.

**CLÁUSULA OITAVA:** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA NONA:** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato.

### DO PAGAMENTO À CONTRATADA

**CLÁUSULA DÉCIMA:** O MUNICÍPIO ou os órgãos municipais pagará à CONTRATADA, pelos fornecimentos dos bens de valor registrado nesta Ata de acordo com a quantidade efetivamente entregue em até 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento definitivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O pagamento será efetuado através de depósito bancário, mediante apresentação do documento fiscal competente, juntamente com os documentos pertinentes.

### DAS ALTERAÇÕES DA ATA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo o disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ/MA, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ/MA deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido;

III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais;

III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O Registro de Preços dos fornecedores registrados será cancelado quando:

I. Houver interesse público, devidamente fundamentado;

II. O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

III. O fornecedor não assinar o contrato no prazo determinado neste edital, sem justificativa aceita pelo MUNICÍPIO;

IV. Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor;

V. O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado;

VI. Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Os preços da presente Ata serão irrevogáveis durante a validade desta Ata;

Parágrafo Único: Nas hipóteses previstas no Art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93, o MUNICÍPIO poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita.

## DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do contrato o MUNICÍPIO poderá, garantido o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA por prazo de até 5 (cinco) anos;

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

III - Advertência.

IV - Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega dos produtos ou atraso na sua substituição, e por ocorrência de ato ou fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

V - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da

comunicação oficial.

VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Prefeitura Municipal de ITAIPAVA DO GRAJAÚ - MA pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:

I. Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para o MUNICÍPIO;

II. Execução insatisfatória ou inexecução da entrega do material, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

III. Pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICÍPIO ou dos órgãos municipais;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega dos bens, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar a multa prevista no inciso II da Cláusula Décima Quinta, poderá o MUNICÍPIO optar pela rescisão do Contrato.

Parágrafo Primeiro: As multas a que se refere o inciso II da Cláusula Décima Quinta não impede que o MUNICÍPIO rescinda, unilateralmente, o Contrato ou cancele o Registro de Preço do fornecedor e, ainda aplique as outras sanções previstas na Cláusula Décima Quinta, em seus incisos I, III e IV, facultada o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório da PROMITENTE e/ou CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo MUNICÍPIO;

Parágrafo Primeiro: Inexistindo pagamento devido pelo MUNICÍPIO, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;

Parágrafo Segundo: Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, o MUNICÍPIO poderá, se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da CONTRATADA em prejuízo do MUNICÍPIO, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao MUNICÍPIO ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

Parágrafo Único: A penalidade prevista nesta cláusula, é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, facultada à contratada o devido processo legal, a ampla defesa e contraditório, no prazo de 03 (três)

dias úteis, contados da data da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº 021/2017 - SRP e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência Anexo I, do Pregão Presencial nº 021/2017 - SRP, conforme decisão do Pregoeiro do MUNICÍPIO, lavrada em Ata e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ/MA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro da Comarca do Município de ITAIPAVA DO GRAJAÚ/MA, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 01 (uma) vias de igual teor e forma.

Itaipava do Grajaú (MA) em 29 de agosto de 2017

**ALESSANDRO CRISTIANO OLIVEIRA CASTRO**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**ÓRGÃO GERENCIADOR**

**R. B. LIMA - EIRELI - ME - POSTO LIBERDADE**

**CNPJ Nº 23.315.462/0001-01**

**REPRESENTANTE LEGAL: Fernando Sousa dos Santos - CPF: 653.686.733-53**

**FORNECEDOR**

**TESTEMUNHAS**

**CPF Nº**

**CPF Nº**

**Autor da Publicação: JOSÉ RAIMUNDO RIBEIRO**

## Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes

**ERRATA: ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170621**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPES/MA**

**ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170621**

**ERRATA.** Retifica - se o valor total referente ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº 027/2017, Processo Administrativo nº 27042017-0004, Ata de Registro de Preços nº 030/2017/PM -SAL. Extrato de Contrato N.º 20170621, da Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes/MA, CNPJ nº 06.172.720/0001-10, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), do dia 26/06/2017, pág. 15 e 16, Edição nº 1.621. ONDE SE LÊ: Valor Total: R\$ 603.100,00 (seiscentos e três mil e cem reais). LEIA-SE: Valor Total: R\$ 674.870,00 (seiscentos e setenta e quatro mil e oitocentos e setenta reais). Ficam os demais termos inalterados.

**Autor da Publicação: SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS**

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Excelentíssimo Sr. EMANUEL LIMA DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santo Antônio dos Lopes/MA, com base no artigo 43, inciso VI da Lei nº 8.666/1993, considerando informações constantes no Procedimento de Adesão à Ata de Registro de Preços nº. 015/2017, da Prefeitura Municipal de CENTRO NOVO DO MARANHÃO - MA, que tem por objeto a aquisição de equipamentos destinados a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento deste município:

### RESOLVE:

**HOMOLOGAR** o procedimento de Adesão à Ata de Registro de Preços acima citada, que tem por detentora dos preços registrados a empresa **SANA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no C. N. P. J. Nº: **01.721.446/0001-78**, com sede na **Rua São Francisco, 150, São Francisco, C. E. P. Nº: 65.800-000, Balsas - MA**, neste ato representada pelo Sr.º. **Cesar Oscar Weiler**, portador da Cédula de Identidade Nº: **4025439227 SSP/RS** e do C. P. F. Nº: **245.860.300-97**, no valor total de 439.744,32 (quatrocentos e trinta e nove mil setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

**DETERMINAR** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPES-MA, 28 DE AGOSTO DE 2017.

**Emanuel Lima de Oliveira**

**Prefeito Municipal**

**Autor da Publicação: SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS**

**TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017**

**TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº**



**015/2017**

O Município de Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, nos termos que dispõe as leis Federais 8.666/93 e 10.520/02 e nos termos do Decreto Municipal 007/2017 do Município de - MA e, em face do resultado obtido no Pregão Presencial - nº 022/2017/SRP, pertencente ao Município de CENTRO NOVO DO MARANHÃO - MA, resolvem ADERIR PARCIALMENTE à Ata de Registro de Preços nº 015/2017, objetivando a aquisição de equipamentos destinados a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a qual tem por DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS a empresa SANA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no C. N. P. J. Nº: 01.721.446/0001-78, com sede na Rua São Francisco, 150, São Francisco, C. E. P. Nº: 65.800-000, Balsas - MA, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência e de acordo com a justificativa apresentada nos autos do processo administrativo nº 01082017-0002 do Município de Santo Antônio dos Lopes - MA, Valor Global R\$ 439.744,32 (quatrocentos e trinta e nove mil setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos)

O presente termo é firmado em 2 (duas) vias de igual teor, para que produza os devidos efeitos de fato e de direito.

Santo Antônio dos Lopes - MA, em 28 de agosto de 2017.

EMANUEL LIMA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ANTÔNIO ORNY DE OLIVEIRA LIMA

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento.

**Autor da Publicação:** SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

**AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017.**

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017. O Município de Santo Antônio dos Lopes (MA), através da Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis à espécie, fará realizar as 09:00hs do dia 22/09/2017, licitação na modalidade Pregão "Presencial", do tipo Menor Preço, tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de cartuchos, toners e refs para impressão à laser, de interesse de diversas secretarias deste Município, conforme Edital e Anexos. A licitação será realizada na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes, situada na Praça Abraão Ferreira, s/n - Centro, CEP: 65.730-000, Santo Antônio dos Lopes (MA). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs às 12:00hs e no site oficial deste poder executivo ([www.stoantoniodoslopes.ma.gov.br](http://www.stoantoniodoslopes.ma.gov.br)), onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Esclarecimentos adicionais no endereço retro mencionado ou pelo Email: [cpl@stoantoniodoslopes.ma.gov.br](mailto:cpl@stoantoniodoslopes.ma.gov.br) Santo Antônio dos Lopes (MA), 06 de Setembro de 2017. Gean da Conceição Feitosa Pregoeiro Port. nº 011/2017-GP.

**Autor da Publicação:** SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

**DECRETO MUNICIPAL Nº 027/2017. "DECRETA FERIADO MUNICIPAL O DIA 08 DE SETEMBRO DE 2017 (SEXTA FEIRA)"**

Decreto Municipal Nº 027/2017. **"DECRETA FERIADO MUNICIPAL O DIA 08 DE SETEMBRO DE 2017 (SEXTA FEIRA)"**. O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPES, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município resolve, **DECRETAR** Art. 1º- Feriado Municipal o dia 08 de Setembro de 2017 (sexta-feira). Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão, aos 06 de Setembro de 2017. Publique-se, Registre-se, E cumpra-se. Emanuel Lima de Oliveira Prefeito Municipal

**Autor da Publicação:** SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

**PORTARIA Nº 378, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 378, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017. O Prefeito Municipal de Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 55, da Lei Orgânica do Município e, considerando as disposições do art. 203, I da Lei Complementar nº 01, de 19 de julho de 2015, resolve: Art. 1º. Designar VÂNIA MARIA SOUSA ALENCAR, NELY DE OLIVEIRA SILVA e MARIA ANTONIA DO NASCIMENTO, todos ocupantes do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professores Nível II, para sob a presidência da primeira em substituição de MARIA LUZINETE RODRIGUES DA SILVA SANTOS constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos de que trata o Processo Administrativo nº 14/2017 da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, instaurado em face de JULYANA SALES GOMES, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos. Art. 2º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão Processante terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos, e demais provas que entender pertinentes. Registre-se, publique-se, cumpra-se. Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão, 06 de setembro de 2017. Emanuel Lima de Oliveira. Prefeito Municipal.

**Autor da Publicação:** SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170820**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPES/MA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E URBANISMO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170820**

**a) Proc.** 12012017-008; **b) Espécie:** Contrato n.º 20170820. **Firmado em** 24/08/2017 entre Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Urbanismo, Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, CNPJ n.º 06.172.720/0001-10, e a empresa LS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - ME, inscrita no C.N.P.J sob o n.º 18.538.150/0001-19. **c) Objeto:** prestação dos serviços de locação de máquinas, de interesse da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Urbanismo. **d) Fundamento Legal:** Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, **Modalidade:** Pregão Presencial n.º 011/2017. **e) Vigência:** 12 (doze)

meses, da data da assinatura. f) **Valor Total:** R\$ 970.000,00 (novecentos e setenta mil reais). g) **Dotação Orçamentária:** 07; 07.01; 15; 452; 0331; 2.042; 3.3.90.39.00; 010000 h) **NE** n.º 24080003 de 24/08/2017 i) **Signatários:** pela Contratante, Manoel de Souza Lima, Maria Lia Silva e Silva, e pela Contratada, Luciano Sauto Costa.

**Autor da Publicação:** SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

#### **PORTARIA Nº 376, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 376, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017. O Prefeito Municipal de Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 55, da Lei Orgânica do Município e, considerando as disposições do art. 203, I da Lei Complementar nº 01, de 19 de julho de 2015, resolve: Art. 1º. Designar VÂNIA MARIA SOUSA ALENCAR, NELY DE OLIVEIRA SILVA e MARIA ANTONIA DO NASCIMENTO, todos ocupantes do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professores Nível II, para sob a presidência da primeira em substituição de MARIA LUZINETE RODRIGUES DA SILVA SANTOS, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos de que trata o Processo Administrativo nº 01/2017 da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, instaurado em face de ANTONIA BANDEIRA SALES, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos. Art. 2º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão Processante terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos, e demais provas que entender pertinentes. Registre-se, publique-se, cumpra-se. Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão, 06 de setembro de 2017. Emanuel Lima de Oliveira. Prefeito Municipal.

**Autor da Publicação:** SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

#### **ERRATA: ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170623**

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPES/MA**

#### **ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170623**

**ERRATA.** Retifica - se o valor total referente ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº 027/2017, Processo Administrativo n.º 27042017-0004, Ata de Registro de Preços nº 030/2017/PM -SAL. Extrato de Contrato N.º 20170623, da Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes/MA, CNPJ n.º 06.172.720/0001-10, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), do dia 26/06/2017, pág. 15, Edição n.º 1.621. ONDE SE LÊ: Valor Total: R\$ 253.230,00 (duzentos e cinquenta e três mil e duzentos e trinta reais). LEIA-SE: Valor Total: R\$ 281.120,00 (duzentos e oitenta e um mil e cento e vinte reais). Ficam os demais termos inalterados.

**Autor da Publicação:** SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

#### **ERRATA: ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170622**

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPES/MA**

#### **ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170622**

**ERRATA.** Retifica - se o valor total referente ao Processo Licitatório

Pregão Presencial nº 027/2017, Processo Administrativo n.º 27042017-0004, Ata de Registro de Preços nº 030/2017/PM -SAL. Extrato de Contrato N.º 20170622, da Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes/MA, CNPJ n.º 06.172.720/0001-10, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), do dia 26/06/2017, pág. 15, Edição n.º 1.621. ONDE SE LÊ: Valor Total: R\$ 97.480,00 (Noventa e sete mil quatrocentos e oitenta reais). LEIA-SE: Valor Total: R\$ 104.074,00 (cento e quatro mil e setenta e quatro reais). Ficam os demais termos inalterados.

**Autor da Publicação:** SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

#### **PORTARIA Nº 377, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017**

PORTARIA Nº 377, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017. O Prefeito Municipal de Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 55, da Lei Orgânica do Município e, considerando as disposições do art. 203, I da Lei Complementar nº 01, de 19 de julho de 2015, resolve: Art. 1º. Designar VÂNIA MARIA SOUSA ALENCAR, NELY DE OLIVEIRA SILVA e MARIA ANTONIA DO NASCIMENTO, todos ocupantes do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professores Nível II, para sob a presidência da primeira em substituição de MARIA LUZINETE RODRIGUES DA SILVA SANTOS, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos de que trata o Processo Administrativo nº 06/2017 da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, instaurado em face de DALVA ALVES GRANJEIRO, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos. Art. 2º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão Processante terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos, e demais provas que entender pertinentes. Registre-se, publique-se, cumpra-se. Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão, 06 de setembro de 2017. Emanuel Lima de Oliveira. Prefeito Municipal.

**Autor da Publicação:** SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

### **Prefeitura Municipal de São José dos Basílios**

#### **PORTARIA Nº 099/2017/PMSJB - GAB**

#### **PORTARIA INSTAURADORA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.**

O Prefeito do Município de São José dos Basílios-MA, no uso das atribuições previstas na lei orgânica do Município de São José dos Basílios, e tendo em vista o disposto nos artigos 143, 148 e 149 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve: **Art. 1º** Designar **MARIA GORETH FERNANDES LIMA**, presidente da comissão processante, professor nível II, **ADELÍCIA CALISTO DO NASCIMENTO**, membro da comissão processante, auxiliar operacional de serviços gerais, **MARIA EMÍLIA ROSA SILVA**, membro da comissão processante, professor nível II, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar, no prazo de 60 dias os fatos de que trata o **Processo nº 001/2017**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos. **Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. **DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.** GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, ESTADO DO

MARANHÃO, EM 04 DE SETEMBRO DE 2017. **CREGINALDO RODRIGUES DE ASSIS**, PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS - MA.

**Autor da Publicação:** Aldo da Silva Melo

## Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão

### AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017/CPL

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA

**AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017/CPL.** A Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ nº 01.612.338/0001-67 através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma Presencial, sob o nº 028/2017/CPL. **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços no fornecimento de mão-de-obra, em conformidade com Anexo I (Termo de Referência). **DATA DA ABERTURA:** 21 de Setembro de 2017 às 09:00h, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua São José, nº 477, centro, CEP: 65.668-000 – Sucupira do Riachão/MA. **TIPO:** Menor por Item. **REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por preço unitário. **DIPLOMA LEGAL:** Lei Federal nº 10.520/02, subsidiariamente com a Lei Federal nº 8.666/93 e disposições do Edital. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** No endereço supra, das 08:00 às 12:00h, de segunda a sexta-feira, podendo ser consultado gratuitamente ou adquirido mediante recolhimento de R\$ 50,00 (cinquenta reais) através de DAM (documento de arrecadação municipal). Sucupira do Riachão/MA, 06 de Setembro de 2017. HENRIQUE LUIS MONTEIRO DA COSTA – Pregoeiro.

**Autor da Publicação:** Kayan Gustavo Reis Severino

## Prefeitura Municipal de Tuntum

### EXTRATO DE CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2017 - CONTRATO Nº. 025/2017-PP - CPL/PMT

EXTRATO DE CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2017 - Contrato nº. 025/2017-PP - CPL/PMT: CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Tuntum/MA, CNPJ nº. 06.138.911.0001-66, CONTRATADA: Mauricio do Nascimento Silva - ME, CNPJ nº. 06.992.014/0001-15. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em promoção de eventos artísticos com apresentação de bandas (Nacional e Regional) e locação de estrutura de palco, camarim, som, iluminação, gerador e banheiros químicos em comemoração aos 62 anos de Emancipação Política do Município de Tuntum/MA. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 257.500,00 (Duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais). **PRAZO DE EXECUÇÃO:** Conforme Termo de Referência, **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 61 § único da Lei Federal nº. 8.666/93. **RECURSOS:** Convênio nº. 203/2017- SECTUR, firmado com o Governo do Estado do Maranhão através da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo e da seguinte Dotação Orçamentária, no tocante contrapartida do Município: 02.14.00 - 13.392.0040.2058.0000; 3.3.90.39.00. **Signatários:** Pela contratada o Sr. Maurício do Nascimento Silva e pela contratante a Sra. Loyanne Weslla Jidão Meneses, Secretária Municipal de Administração. Tuntum/MA, 06/09/2017.

**Autor da Publicação:** Christoffy Francisco Abreu Silva

### EDITAL DE LOTEAMENTO

O Bel. Joaquim Carvalho Neto oficial do Registro de Imóveis deste município de Tuntum-MA, ou quem suas vezes fizer, faz saber a quem possa interessar, para todos os fins de direito, que o MUNICIPIO DE TUNTUM, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM - MA inscrita no CNPJ: 06.138.911/0001-66, depositou neste cartório, sito à Av. Dr. Joacy Pinheiro, s/n - Centro, Tuntum/MA, CEP.: 65.763-000, a documentação necessária e requereu o registro do LOTEAMENTO "NOVO MIL REIS", nos termos d Lei 6766 de 19.12.1979 e demais legislações atinentes à espécie. A documentação encontra-se a disposição dos interessados na sede deste cartório, no endereço acima. **IMÓVEL LOTEADO:** gleba urbana localizada no município de Tuntum - MA, com certidão de Matrícula de Imóvel nº 5.772, Livro nº 2-Z, Folhas 236 - contendo 01 área pública municipal - APM com área de 6.053,78 m², Quadras Loteadas com área de 22.046,84 m², 09 (nove) unidades que foram parceladas em 107 lotes residenciais e com sistema viário, ruas e avenidas medindo 11.949,94 m², com área total da gleba de 40.050,56 m² (quarenta mil e cinquenta ponto cinquenta e seis metros quadrados), de propriedade da empresa BIOINVEST - IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 27.871.951/0001-92, com sede na Rua Desembargador Pires de Castro, nº 489, sala 05, Bairro Centro, Teresina - PI, aqui representada pelo Sr. Evandro Leal de Abreu, brasileiro, casado, médico, RG 2.034.254 - SSP - PI e do CPF nº 915.836.913-91, residente e domiciliado na Rua Desembargador Manoel Castelo Branco, nº 1540, Apto. 700, Bairro Jóquei, Teresina - Piauí. Tudo conforme planta de situação do partido urbanístico abaixo. Decorrido o prazo de legal de publicação do presente edital, sem que haja impugnação por parte de pessoas, autoridades ou entidades interessadas, será efetuado o registro do já mencionado Loteamento. Dado e passado na cidade Tuntum-MA, aos trinta (30) dias do mês de agosto (08) de dois mil e dezessete (2017).

**Autor da Publicação:** Christoffy Francisco Abreu Silva

## NORMAS E ORIENTAÇÕES DE PUBLICAÇÃO

A Constituição Federal permite que cada município, como ente federado, possa se auto-organizar administrativamente (Art. 18 da CF/88) por meio de suas leis (arts. 29, 20, I, da CD/88)

A Lei Federal nº 8.666/93, no seu art. 6º, inciso XIII, conceitua imprensa oficial e declara que: “para a União é o Diário Oficial da União e para os Estados, Distrito Federal e Municípios, é o que for definido em suas leis.”

O Diário Oficial é criado através de Lei Municipal. A prefeitura envia e aprova o Projeto de Lei, conforme modelo fornecido pela FAMEM, para a Câmara Municipal.

O art. 48 da Lei Complementar nº. 101/00 considera o meio eletrônico como um instrumento de transparência da gestão fiscal.

A Lei nº 10.520/2002, no seu art. 4º, determina que a publicação do aviso de licitação, independentemente do seu valor, deve ser publicado no Diário Oficial do respectivo município.

### DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do diário oficial dos municípios será exclusivamente através do site: [www.famem.org.br](http://www.famem.org.br).

O município que desejar, poderá imprimir as edições para distribuição em seu município.

A produção e circulação do diário obedecerão ao seguinte:

### DA INCLUSÃO DO CONTEÚDO NO SISTEMA DO DIÁRIO:

#### DA DATA:

As prefeituras municipais podem inserir suas publicações dentro do sistema do diário até as 22:00hs do dia corrente.

### DA PUBLICAÇÃO:

As publicações sempre acontecerão às 5:00hs do dia seguinte.

OBS.: Lembrando que todo e qualquer conteúdo incluso pelas prefeituras no dia corrente para publicação dentro do sistema do diário, só será publicado no próximo dia útil, obedecendo assim os feriados nacionais e finais de semana.

### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- Formato: 21 x 29,7 cm (fechado)
- Cor: Preto e Branco
- Fonte: tamanho 8,5
- Número de Páginas: Determinado pela demanda
- Publicação: Diária

Para divulgar as publicações oficiais no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, as prefeituras deverão seguir a seguinte normatização.

### DO RECEBIMENTO:

- O conteúdo deverá ser enviado pela internet por meio da utilização da ferramenta de publicação do diário que já se

encontra disponível no site: [diario.famem.org.br](http://diario.famem.org.br) ;

- Todo o material enviado para publicação deverá ser realizado por meio de um funcionário da prefeitura previamente autorizado e capacitado pela FAMEM para utilização do sistema;

### A FORMATAÇÃO:

O conteúdo inserido pelas prefeituras no sistema do diário, deverão obedecer à seguinte formatação: o editor de textos utilizado deve ser o “Word”; o corpo da letra (tamanho) será 8,5cm; usar espaçamento simples entre linhas; texto na cor preta (automática); selecionar fonte (estilo) Arial, com alinhamento justificado.

### DA PUBLICAÇÃO:

- Só serão divulgadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão as publicações de municípios que aprovarem nas Câmaras Municipais o projeto de lei que autoriza as prefeituras a instituírem o diário como órgão oficial dos municípios;
- As publicações oficiais das prefeituras serão distribuídas no diário por ordem alfabética dos municípios, assim como os atos administrativos;
- O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do município que inseriu o material no sistema do diário para publicação;
- A publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão substituirá as demais publicações impressas, para todos os efeitos legais, exceto para os editais de licitação na modalidade tomada de preços e concorrência, os quais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.666/93, devem ser publicados também em diário de grande circulação.
- Algumas publicações ainda deverão ser realizadas pela Imprensa Oficial do Estado ou da União, quando se tratar de convênios ou outra forma de parceria com esses outros entes federativos.
- O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão será publicado no site simultaneamente à publicação impressa.
- O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão não circulará aos sábados, domingos e feriados.

### DA DISTRIBUIÇÃO:

- A FAMEM disponibiliza todos os exemplares do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão em seu site: [diario.famem.org.br](http://diario.famem.org.br);

### DO ARMAZENAMENTO:

- O material finalizado será armazenado em nuvem no ambiente tecnológico desta Federação e em encadernações mensais;
- Os e-mails recebidos também serão armazenados em nuvem em espaço de acesso restrito;
- O material também ficará acessível para consulta das prefeituras no site da FAMEM: [www.famem.org.br](http://www.famem.org.br)

Obs.: A aceitação dos atos administrativos divulgados neste diário estão condicionadas à verificação de sua autenticidade na Internet.

### ATOS QUE PODEM SER PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO E ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS EM OUTROS VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO

**SÃO VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS:****I) VEÍCULOS OFICIAIS:**

- a) Diário Oficial da União;
- b) Diário Oficial do Estado;
- c) Diário Oficial dos Municípios, impressos ou eletrônicos.

**II) VEÍCULOS PRIVADOS:**

- a) Jornal diário de circulação nacional;
- b) Jornal diário de grande circulação no Estado;
- c) Jornal diário de circulação regional;
- d) Jornal diário de circulação local.

**III) INTERNET:**

- a) Sites oficiais; e
- b) Sites privados.

**ATOS ADMINISTRATIVOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS E OS VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS:****I - AVISOS DE ABERTURA DE LICITAÇÕES:**

- a) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços e concorrência no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, quando se tratar de obras e serviços de engenharia com RECURSOS FEDERAIS (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93) e os de pregão quando o convênio ou o Decreto Municipal dispuser a respeito (art. 17, I, II, III do Decreto Federal 5.450/05), e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- b) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso II da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- c) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- d) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL OU REGIONAL (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- e) Obrigatoriedade de publicar os editais de pregão na INTERNET e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- f) Obrigatoriedade de divulgar a realização de audiência pública que deve anteceder a licitação ou conjunto de licitações em valores superiores a 100 vezes o limite estabelecido para a modalidade de concorrência nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo;

g) OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAR AS ALTERAÇÕES DOS EDITAIS de nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93).

**II - DEMAIS ATOS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES:**

a) Obrigatoriedade de divulgação dos editais de convite no mural da Prefeitura (art. 21 e 22,

§ 3º da Lei Federal 8.666/93) e DEVERÃO também ser publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;

b) Obrigatoriedade de divulgação da relação mensal de compras (art. 16 e art. 24, IX da Lei Federal 8.666/93) no mural da Prefeitura ou na Imprensa Oficial do Município, que neste caso, depois de aprovada a Lei Municipal será o Diário Oficial dos Municípios;

c) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município, que pode ser o Diário Oficial dos Municípios e no jornal diário de grande circulação no Estado, o chamamento público para registro cadastral (art. 34, § 1º da Lei Federal 8.666/93);

d) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios) a RATIFICAÇÃO DAS DISPENSAS E DE INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO e o retardamento da execução de obra ou serviço (arts. 8º, 17, § 2º e 4º, 24, 25 e 26 da Lei Federal 8.666/93);

e) Obrigatoriedade de divulgar o extrato de contratos, ajustes e convênios e seus RESPECTIVOS ADITIVOS (art. 61, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

f) Obrigatoriedade de divulgar as intimações dos julgamentos das fases de habilitação e de propostas, quando não estiverem todos os licitantes presentes no ato que adotou a decisão, da anulação e revogação de licitações e da rescisão de contratos (art. 109, § 1º, alíneas a e b da LF 8.666/93), na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

g) Obrigatoriedade de divulgar a justificativa do pagamento fora da ordem cronológica (art. 5º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

h) Obrigatoriedade de divulgar os preços registrados (art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

i) Obrigatoriedade de divulgar as decisões de impugnações de editais, as decisões de recursos, os atos de cancelamento, adiamento, adjudicação e homologação de licitações, convocação para sorteio e demais avisos e decisões ocorridas no curso do procedimento licitatório aos licitantes, o que pode ser feito através do Diário Oficial dos Municípios. Caso envolva recursos federais, deverá também ser publicado no Diário Oficial da União, e na hipótese de envolver recursos do Estado do Maranhão, no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

**III - OUTROS ATOS OFICIAIS QUE PODEM E DEVEM SER DIVULGADOS POR MEIO DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS:**

Poderão ser publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios:

a) as Leis Municipais e demais atos resultantes do processo legislativo das Câmaras Municipais, tais como, projetos de lei e vetos;

b) os Decretos e outros atos normativos baixados pelos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais, tais como portarias, resoluções, instruções normativas, orientações normativas;

c) os atos dos Secretários Municipais, baixados para a execução de normas, com exceção dos de interesse interno dos municípios, tais como: despachos circulares, ordens de serviço, licenças diversas, alvarás, entre outros;

d) atos administrativos cuja publicidade seja obrigatória nos termos da legislação federal, conforme antes apontado, bem como da legislação municipal;

e) atos administrativos diversos emanados de qualquer órgão municipal, inclusive conselhos de políticas públicas, tais como pautas, atas, pareceres;

f) atos relacionados à área de recursos humanos, a exemplo de: atos relacionados a concurso público (edital, homologação de inscrições, resultado e classificação de aprovados, decisões de recursos, homologação do concurso, convocação para posse e nomeação), aposentadoria, aproveitamento, demissão, exoneração, falecimento, nomeação de servidores efetivos, comissionados e temporários, promoção, recondução, reintegração, reversão, readaptação, transferência, inclusive a nomeação de comissões de sindicância e processo administrativo disciplinar e demais atos passíveis de publicação decorrentes destes processos;

g) atos decorrentes da aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda que não sejam de publicidade obrigatória, tais como parecer prévio do controle interno, planos, prestação de contas, relatórios de gestão fiscal (publicidade obrigatória), relatórios resumidos da execução orçamentária (publicidade obrigatória) e versões simplificadas desses documentos. Os atos de publicidade obrigatória, acima referidos, deverão ser divulgados de modo a permitir o mais amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, jornal local ou Diário Oficial, juntamente com a fixação no mural dos órgãos.

#### **IV - ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS NA HOMEPAGE CONTAS PÚBLICAS DO TCU (LEI FEDERAL 9.755/98):**

a) balanço consolidado das contas dos municípios, suas autarquias e outras entidades;

b) balanços do exercício anterior;

c) orçamentos do exercício;

d) quadros baseados em dados orçamentários, demonstrativos de receita e despesa;

e) ratificações das dispensas e inexigibilidades (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

f) recursos repassados voluntariamente;

g) relação de compras (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

h) relatórios resumidos da execução orçamentária – demonstrativos

bimestrais;

i) resumos dos instrumentos de contrato e de seus aditivos (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

j) tributos arrecadados.

Todos estes atos também podem ser publicados no Diário Oficial dos Municípios para dar maior transparência à gestão municipal.




\*A seguir, quadro resumo sobre os atos e veículos de publicação

ATO	BASE LEGAL	DOM	DOE	DOU	JGCE	JGL/R	WEB	HOME	MURAL
<b>LICITAÇÕES</b>									
Aviso de Tomada de Preços, Concorrência, Concurso e Leilão.	Art. 21 da Lei 8.666/93	X	X	X	X	X			
				(Obras com recursos federais)					
				<b>OBRIGATÓRIO</b>					
Chamamento do registro cadastral	Art. 34 da Lei 8.666/93	X			X				
Os atos a seguir, se publicados no Diário Oficial dos Municípios que é a imprensa oficial do Município, não precisam ser publicados em outro jornal.									
Aviso de Convite	Art. 21 e 22, §3º da Lei 8.666/93	X							X
Aviso de Pregão	Lei 10.520/2002	X					X		
Relação mensal de Compras	Art. 16 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	X
Ratificação de dispensa	Art. 66 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Ratificação de Inexigibilidade	Art. 26 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Retardamento da execução de obras ou serviços	Art. 26 da Lei 8.666/93	X							
Extrato dos contratos, ajustes e convênios	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X						X	
Decisão habilitação e classificação de Propostas se ausentes licitantes no ato licitatório.	Art. 109 da Lei 8.666/93	X							
Justificativa de pagamento fora da ordem cronológica	Art. 5º da Lei 8.666/93	X							
Preços registrados	Art. 15 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de impugnação de editais	Art. 41 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de recursos	Lei 8.666/93	X							
Revogação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Anulação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Adjudicação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Convocação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Apostilas	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X							
<b>GESTÃO FISCAL</b>									
RREO	Art. 52 da LC 101/2000	X				X	X		X
RGF	Art. 55 e 63 LC 101/2000	X				X	X		X
<b>PROCESSO LEGISLATIVO</b>									
Projetos de Lei	Art. 37 CF	X							
Vetos	Art. 37 CF	X							
Leis	Art. 37 CF	X							
Decretos	Art. 37 CF	X							
Portarias	Art. 37 CF	X							
Resoluções	Art. 37 CF	X							
Instruções Normativas	Art. 37 CF	X							
Orientações Normativas	Art. 37 CF	X							
<b>ATOS ADMINISTRATIVOS DIVERSOS</b>									
Ordens de Serviços	Art. 37 CF	X							
Pareceres	Art. 37 CF	X							
Licenças Municipais	Art. 37 CF	X							

Despachos	Art. 37 CF	X							
Circulares	Art. 37 CF	X							
Atas de Conselhos	Art. 37 CF	X							
Balanço do exercício anterior	Lei 9.755/98	X						X	
Balanço consolidado	Lei 9.755/98	X						X	
Orçamento do exercício	Lei 9.755/98	X						X	
Quadro demonstrativo da Receita e despesa	Lei 9.755/98	X						X	
Rec. repassados voluntariamente	Lei 9.755/98	X						X	
Tributos arrecadados	Lei 9.755/98	X						X	
<b>ÁREA DE PESSOAL</b>									
Edital de Concurso Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de insc. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Resultado e classif. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Decisão de recursos em Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Convocação p/ posse e nomeação	Art. 37 CF	X							
Aposentadoria de servidores	Art. 37 CF	X							
Demissão de servidores	Art. 37 CF	X							
Aproveitamento de servidores	Art. 37 CF	X							
Exoneração de servidores	Art. 37 CF	X							
Falecimento de servidores	Art. 37 CF	X							
Nomeação de servidores	Art. 37 CF	X							
Promoção de servidores	Art. 37 CF	X							
Recondução de servidores	Art. 37 CF	X							
Reintegração de servidores	Art. 37 CF	X							
Reversão de servidores	Art. 37 CF	X							
Readaptação de servidores	Art. 37 CF	X							
Transparência de servidores	Art. 37 CF	X							
Cessão de servidores	Art. 37 CF	X							



This document is signed by

	<b>Signatory</b>	CN=FEDERACAO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MARANHAO:12526786000164, OU=AR SERASA, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, L=SAO LUIS, ST=MA, C=BR
	<b>Date/Time</b>	Fri Sep 08 04:00:15 BRT 2017
	<b>Issuer-Certificate</b>	CN=AC SERASA RFB v2, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
	<b>Serial-No.</b>	2670235723602551733
	<b>Method</b>	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)